

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL: GLOBALIZAÇÃO, IDEOLOGIAS E TENSÕES

Intitulado “*Políticas linguísticas para o Português como Língua Adicional: globalização, ideologias e tensões*”, o presente dossiê da Revista *Línguas e Instrumentos Linguísticos* se detém em alguns cenários atravessados pelos (des)caminhos da globalização, a qual (re)produz tensões entre as línguas e seus falantes. Para tanto, a partir de diferentes perspectivas teóricas, este conjunto de textos procura visibilizar, especificamente, aspectos do funcionamento sócio-histórico dessas políticas – menos ou mais explícitas –, lançando luz sobre processos ideológicos que as sustentam e, ao mesmo tempo, abrindo possibilidades de rupturas e deslocamentos.

O presente dossiê conta com seis artigos na Seção Dossiê e um texto na Seção Resenha, escritos por pesquisadores vinculados a distintas instituições brasileiras e estrangeiras. O primeiro artigo, assinado por nós, intitula-se “Uma proposta poscolonial para a produção de materiais didáticos para o ensino de Português como Língua Adicional”. Concebendo materiais didáticos como instrumentos de política linguística, objetivamos apontar recursos para a operacionalização de uma proposta poscolonial em seu desenho. Para tanto, analisamos uma unidade didática por nós produzida, que consideramos potencialmente capaz de produzir experiências de aprendizagem e inserção alicerçadas no múltiplo. Nossas análises indicam que, como principais recursos mobilizados nessa operacionalização, encontram-se os seguintes: (i) o estabelecimento de uma ordem metodológica que parte não de uma situação comunicativa ou de um gênero textual em si, mas das condições concretas de interação verbal, por meio de eixos temáticos relevantes para a desnaturalização de discursos hegemônicos; (ii) a valorização de vozes historicamente silenciadas; (iii) o investimento na materialidade linguística, a fim de não se apagar o histórico e o político constitutivos do funcionamento da linguagem; (iv) a legitimação de fenômenos característicos do português brasileiro; (v) a abertura de

possibilidades para o rompimento com a indiferença ao Outro por meio de projetos pedagógicos que, inclusive, extrapolem os limites da sala de aula.

O segundo artigo do dossiê, “Direitos linguísticos e políticas linguísticas no Brasil: uma análise de processos seletivos para acesso à universidade pública por migrantes forçados”, foi redigido por Jael Sânera Sigales Gonçalves. Inicialmente, a autora se dedica à discussão dos conceitos de *direitos linguísticos*, *políticas linguísticas* e *Português como Língua Adicional*, e à apresentação de dados relativos ao acesso ao ensino superior por parte de migrantes forçados, tanto no Brasil, quanto no exterior. Em seguida, a partir de uma perspectiva discursiva materialista, analisa o lugar do português em documentos institucionais relativos ao ingresso de migrantes forçados em duas universidades federais brasileiras. O percurso analítico realizado indica um funcionamento contraditório. Por um lado, a institucionalização de processos seletivos específicos e a oferta de cursos de português como língua adicional produzem efeitos de *inclusão* de deslocados forçados. Por outro, o fato de que o português seja condição *sine qua non* para o ingresso e a permanência na universidade indicia, em certa medida, um processo de *exclusão*, ao significar essa língua como um dever do migrante frente ao Estado e à instituição. Trata-se, como destaca Gonçalves, de um processo sustentado em uma memória de unidade nacional, em que a língua nacional brasileira desempenha um papel estruturante.

Já em “Multilinguismo e ensino nas fronteiras”, Rosângela Morello e Ana Paula Seiffert discutem a necessidade de reposicionamento das línguas, aí compreendido o português, em um cenário em que se notam certos avanços rumo à valorização do multilinguismo na agenda mundial. Em um momento inicial do texto, traçam um panorama do quadro do multilinguismo na faixa de fronteira brasileira, levantando importantes questionamentos sobre políticas de reconhecimento de línguas e de direitos linguísticos no espaço escolar. Em seguida, apresentam algumas ações e resultados do *Observatório da Educação na Fronteira*, concernentes ao multilinguismo nas escolas fronteiriças, especificamente, nos anos iniciais. Um conceito particularmente profícuo, proposto pelas autoras, é o de *alteridade linguística*, relativo à heterogeneidade constitutiva de toda e qualquer língua. Sublinhando a negação sistemática dessa alteridade, Morello e Seiffert dão exemplos

de práticas monolíngues que têm marcado os espaços educacionais brasileiros, argumentando, por fim, em favor de uma concepção que, concebendo as línguas como recurso, coloque-as em diálogo, condição indispensável para a garantia de uma educação democrática e de qualidade.

O texto de Virginia I. Rubio Scola, por sua vez, intitula-se “*Tensiones ideológicas en materiales didácticos de portugués en Argentina – globalización, lusofonía, Mercosur*”. A partir de uma perspectiva glotopolítica, a autora analisa livros didáticos de português que circularam na Argentina entre 2003 e 2015, período em que foi sancionada a lei n. 26.468/2009, concernente à oferta dessa língua nas escolas do país. O percurso analítico realizado evidencia que, com frequência, representações sociolinguísticas em jogo nesses materiais apagam os vínculos do português com processos de integração regional, ainda que essa tenha sido uma das justificativas mais importantes para seu ensino. Por outro lado, em outros materiais, notam-se representações que problematizam o nacionalismo brasileiro, o qual apaga a diversidade de países onde o português é língua oficial, e enfatizam uma certa projeção global do idioma. Rubio Scola também observa, em um material específico, uma proposta de valorização do português brasileiro a partir de uma perspectiva plurilíngue, que, além de ter em vista a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, evidencia uma preocupação com os usos do português e da(s) língua(s) presentes em uma dada sala de aula.

No artigo seguinte, “*Programa Leitorado do governo brasileiro: ideologias linguísticas e práticas de ensino em um contexto situado*”, Alan Silvio Ribeiro Carneiro analisa essa vertente da política linguística exterior do Brasil, por meio da qual docentes são selecionados para promover o português e a cultura brasileira em instituições estrangeiras de ensino superior. Após discutir, teoricamente, o conceito de “ideologias linguísticas”, Carneiro se detém em aspectos metadiscursivos constitutivos da política linguística e cultural do Ministério das Relações Exteriores, que define pontos de partida para o trabalho do leitor. Posteriormente, relata sua própria experiência como leitor na Universidade da Cidade do Cabo (África do Sul), destacando reconfigurações ideológicas – com reflexos em suas práticas de ensino – que se distanciam do modelo hegemônico de nação

observado na política do Itamaraty. Carneiro encerra seu artigo argumentando que, embora a política focalizada restrinja a atuação do leitor, esse pode, no espaço da sala de aula, construir práticas alternativas de ensino, que rompam com visões de língua e cultura enquadradas em projetos nacionais. Essas práticas, defende o autor, devem ser sensíveis às experiências de mobilidade e transnacionalidade dos estudantes, abrindo espaço para um ensino reflexivo em relação às próprias ideologias que o estruturam.

O último artigo do dossiê, “Português e línguas bantu na educação angolana: da diversidade como ‘problema’”, de Cristine G. Severo, Daniel Peres Sassuco e Ezequiel Pedro José Bernardo, se inicia com uma descrição geolinguística de Angola. Mostrando a organização do país em zonas de práticas que mesclam o português e línguas bantu, os autores criticam políticas linguísticas que elegem o português como única língua de escolarização, defendendo a necessidade de se considerarem as línguas kikongo, kimbundu, cokwe, oshikwanyama e olunyaneka. Em seguida, mostram que, na constituição do país, há uma hierarquia nos estatutos atribuídos ao português e às demais línguas angolanas: o primeiro é categorizado como “oficial”; as últimas, como línguas que o Estado “valoriza e promove”. Tal hierarquização se reflete, conforme os pesquisadores, na legislação educacional do país. Severo, Sassuco e Bernardo também apresentam algumas marcas fonético-fonológicas e sintáticas características do português angolano, em sua relação com línguas bantu, que tendem a ser estigmatizadas como “erros” no sistema escolar. A fim de melhor evidenciar a relação entre essas línguas, descrevem uma aula em uma escola rural primária, durante a qual o kimbundu emerge, a despeito das políticas linguísticas oficiais. Os pesquisadores concluem o texto advogando a necessidade de se considerar a diversidade linguística não como um problema, mas como um trunfo a ser reconhecido e valorizado.

O dossiê se encerra com uma resenha, redigida por Fernanda Canavêz, da obra cinematográfica “Era o Hotel Cambridge” (2006), dirigida por Eliane Caffé. O filme, que trata das experiências de sujeitos ocupantes de um edifício abandonado no centro da cidade de São Paulo, incluindo refugiados, dilui, na perspectiva de Canavêz, as fronteiras entre registro documental, ficção e autoficção. Dois enunciados dessa obra cinematográfica ganham destaque na discussão, amparada pela Psicanálise, feita pela autora: “somos todos refugiados” e “quem não

luta tá morto”. Por meio do primeiro, destaca-se que, se, por um lado, a condição de *refugiado* é, em alguma medida, partilhada por todos nós, a luta comum não oblitera as singularidades dos que passam por experiências de abandono forçado de seus repertórios de identificações, entre os quais se destacam os refugiados. Por meio do segundo enunciado, sublinha-se a face ambivalente da luta de muitos refugiados no Brasil: luta não só pela própria existência, face a condições materiais adversas, mas também pela possibilidade de existir psicicamente.

Esperamos que este dossiê – que, certamente, é, ele próprio, um gesto de política linguística – contribua para o fortalecimento de um corpo de reflexão crítica no campo das políticas linguísticas para o Português como Língua Adicional, desnaturalizando evidências e produzindo deslocamentos.

*Leandro Rodrigues Alves Diniz
Ana Cecília Cossi Bizon*